

Equipe de transição negocia ampliação no efetivo da Polícia Civil

Rogério dy la Fuente
de Brasília

Para solucionar imediatamente os problemas de segurança pública do Distrito Federal, diminuindo os índices de violência, o novo governo pretende implementar aqui um programa semelhante ao que existe em Nova York: Tolerância Zero. O programa tem seis pontos básicos, que são o combate às pequenas infrações e delitos, a ação coordenada do Executivo local com o Ministério Público e o Judiciário, combate ao tráfico de drogas, aproximação das polícias com a comunidade, valorização dos profissionais da área e introdução de novas tecnologias e técnicas de organização de trabalho.

O deputado distrital Renato Rainha (PL), delegado de Polícia Civil licenciado e um dos integrantes da comissão de Segurança Pública do governo de transição, declarou a este jornal que um dos primeiros passos para a implantação do programa já foi dado. Na última semana ele acertou com o atual secretário de Segurança Pública, Roberto Aguiar, a nomeação de mais de 700 agentes formados pela Academia de Polí-

cia Civil até o final do ano.

“Para que o programa, que ainda será discutido com a população para ser adaptado à nossa realidade, seja posto em prática é necessário dotar as polícias de mais recursos humanos e materiais. O sucesso passa pelo aumento no efetivo das polícias e somente na Polícia Civil há 1,6 mil cargos vagos”, relatou Rainha.

Segundo o atual secretário-adjunto de Segurança, Pedro Ribeiro Soares, devem ser nomeados, depois do dia 15 de dezembro, 741 agentes e mais de 140 delegados de polícia. Ele acredita, entretanto, que mais que policiais nas ruas, é necessário dotar o atual efetivo de mais equipamentos. “Monitoro diariamente as 22 principais ocorrências policiais do DF que são filtradas de uma média de 140/dia no geral. Para coibí-las, serão necessários muito mais recursos financeiros do que dispomos hoje”, afirmou.

Apesar de ser uma boa notícia o aumento no efetivo policial a situação geral, no tocante ao orçamento da área de Segurança, a ser encontrada pelo próximo governo não será positiva. (Cont. Pág. 6)

Equipe de transição negocia ampliação no...

Rogério dy la Fuente
de Brasília

(Continuação da Primeira Página)

A proposta de Orçamento Geral da União (OGU) para 1999 que foi enviada ao Congresso Nacional prevê uma redução de R\$ 3,3 milhões na verba de custeio da área de Segurança Pública em relação ao que foi repassado este ano. Os salários da área no DF, que são obrigação prevista na Constituição estão assegurados e até mesmo o pagamento

do reajuste de 28,86% - uma das bandeiras do novo governo - foi previsto pela União para os policiais civis.

"A dificuldade financeira não nos desanima. Trabalharemos arduamente para poder fazer os investimentos necessários em viaturas, informatização e armamentos", afirma o deputado. Para tal feito Rainha conta com a constituição de um Fundo de Segurança Pública. De acordo com previsão dele, mais da metade das viaturas das polícias civil e militar não têm condição de rodar. A informatização, ainda precária nas delegacias, é outro elemento que tomado como essencial. "Sem dados confiáveis à mão, fica difícil planejar as ações de combate ao crime que sejam eficazes", complementa.

Parte da confiança no sucesso do projeto Tolerância Zero está na valorização dos profissionais do setor. De acordo com Rainha, o projeto do futuro governo contém a intenção de promover a equiparação salarial, prevista em lei, da Polícia Civil do DF com a Polícia Federal. "Outro ponto forte é o policiamento comunitário ostensivo, que será feito em duplas ou pelas ROCAN, sempre que possível na área próxima à residência

dos policiais, criando-se vínculos mais fortes entre os moradores e os PMs", disse.

Uma interrelação com o Poder Judiciário e com o Ministério Público é outro fator essencial. A base legal para implantação de algumas das instâncias do Judiciário foi elaborada há mais de dois anos pelo próprio coordenador da equipe de transição do novo governo, deputado distrital, eleito senador, Luiz Estevão. Em 1996 ele teve aprovadas as leis de sua autoria que permitem a construção de uma colônia agrícola penal no DF e define as áreas para instalação dos Juizados Especiais de Brasília, Gama, Lago Sul, Lago Norte, Taguatinga, Planaltina, Cruzeiro, Guará, Ceilândia, Núcleo Bandeirante e Paranoá. Em 1997, foram aprovadas as leis de autoria dele que prevêem áreas para instalação de juizados especiais em Sobradinho, Riacho Fundo, Candangolândia, Santa Maria, São Sebastião e Recanto das Emas.

"Pequenos crimes julgados com grande brevidade são essenciais para o bom funcionamento do programa. Os Juizados Especiais e de Pequenas Causas entram aí. Isto implica também na necessidade de espaços para a acomodação dos de-

tentos e por isto é prevista a conclusão da Papuda, além da Colônia Agroindustrial", afirma Rainha.

Um item não previsto no programa de governo é proposta pessoal do deputado. Trata-se da transformação da Delegacia de Tóxicos e Entorpecentes (DTE) da Polícia Civil em uma coordenação especializada na repressão a tóxicos e entorpecentes. "Há uma pesquisa que aponta como resultado que 48% dos crimes praticados em São Paulo o são feitos sob efeito de drogas. Me arrisco a dizer, sem medo de errar, que no DF a proporção é praticamente a mesma. O combate sistemático ao tráfico de drogas é outro ponto fundamental na redução da violência cotidiana", afirma.

Perguntado sobre se o enfoque do programa Tolerância Zero não seria mais adequado apenas à população das cidades periféricas do DF, Rainha refutou. "Crime é como doença. Não tem barreiras. Sabemos que enquanto não houver desenvolvimento, redução da carga tributária e crescimento da economia o crime tende a crescer, mas ele não está somente associado à pobreza. A segurança sem tolerância será igual em todas as cidades do DF", afirmou.